



OBSERVATÓRIO DA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS

RELATÓRIO SOBRE O PROGRESSO DO PROJETO TÉCNICO DO WWF-BRASIL CON 01123-2017

Nome da Instituição: Sense-Lab – Andreas Ufer Consultoria - EPP

Nome do Responsável pelo contrato: Andreas Ufer

Título do Contrato: Apoio à Condução do processo de validação do Plano de Negócios para o Observatório da Governança das Águas através de consulta on-line aos signatários; e facilitação e sistematização da I Assembleia Geral do OGA

Nome do Relatório: Planejamento da programação/dinâmica da Assembleia Geral e Consulta online junto aos membros signatários sobre o Plano de Negócio.

Período do Relatório: 10/06/2017 a 10/08/2017

Relatório Completado por:

Nome: Yurik Ostroski - Sócio-consultor

1. DESCRITIVO E OBJETIVOS

Com a conclusão da Fase 1 e os encaminhamentos finais da última etapa da Fase 2 do projeto de criação do Plano de Negócio do Observatório de Governança das Águas, coube ao Núcleo Executivo provisório juntamente com o Sense-Lab estruturar e consolidar o lançamento do OGA para seus principais públicos de interesse.

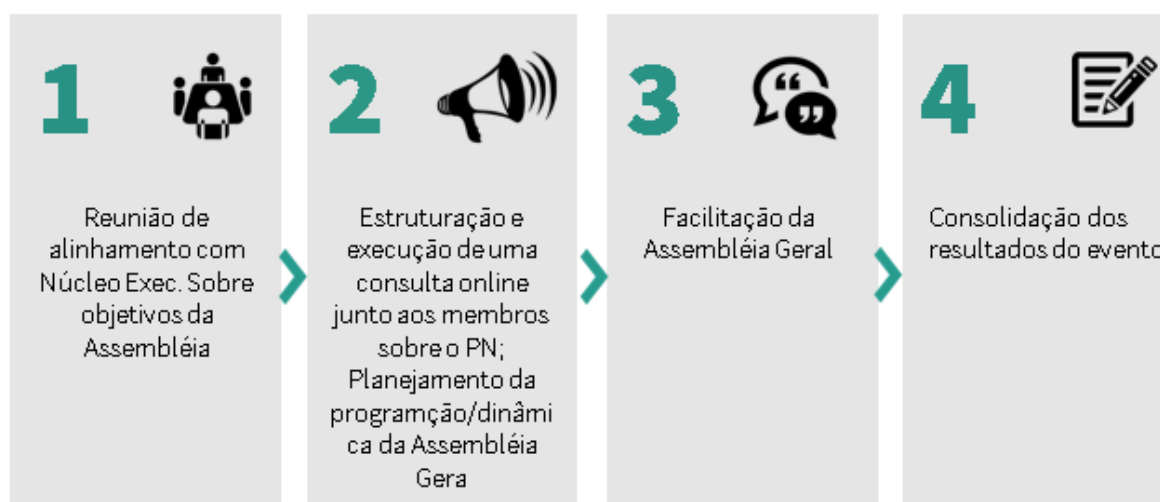
Portanto o objetivo maior desse trabalho foi de conduzir o processo de validação do Plano de Negócios do Observatório da Governança das Águas através de uma consulta on-line aos membros signatários seguido da facilitação da I Assembleia Geral do OGA.

Objetivos específicos:

- Consulta aos signatários OGA, através de plataforma on-line, com sistematização dos resultados;
- Condução e facilitação da I Assembleia Geral do OGA no dia 08/Ago/17 em Brasília-DF, com elaboração de relatório final.

2. DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS

O planejamento da Assembleia foi estruturada em 4 etapas. A primeira etapa consistiu em uma reunião de alinhamento de objetivos da Assembleia, onde foi definido o escopo do projeto. A etapa 2 consistiu na estruturação e execução de uma consulta online junto aos membros signatários sobre o Plano de Negócio e a sistematização das respostas obtidas. Além disso essa etapa contemplou o planejamento da programação/dinâmica da Assembleia. A etapa 3 consistiu na condução da Assembleia Geral e a etapa 4 na consolidação dos resultados e definições acordadas. Todas as 4 etapas são representadas na figura abaixo:



Descrição das atividades:

REUNIÃO DE ALINHAMENTO DE OBJETIVOS

Para iniciar as atividades será realizada uma reunião (presencial ou remota) de alinhamento de objetivos e de pauta para o evento. O foco desta conversa é aprofundar as expectativas do Núcleo Executivo provisório quanto as deliberações que se farão necessárias durante a Assembléia

ESTRUTURAÇÃO E PLANEJAMENTO

Para que a Assembleia cumpra seus objetivos algumas ações serão previamente endereçadas:

- 2.1)** Definição da programação do evento contendo os respectivos espaços de apresentação, votação e deliberação para cumprimento da pauta.
- 2.2)** Consulta online de alinhamento dos principais itens do Plano de Negócio junto aos membros signatários a fim de colher insights propositivos. Nessa etapa está incluída também a sistematização das respostas alcançadas.
- 2.3)** Auxílio aos membros do Núcleo Executivo no contato com as organizações potenciais a comporem o Comitê Gestor (5 a 10 organizações), a fim de contextualizar o propósito do OGA e confirmar de sua presença na Assembléia para deliberação.
- 2.4)** Definição da minuta convocatória a ser publicada ao público de interesse.

FACILITAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

Facilitação do evento, incluindo espaços para:

- Apresentação de conteúdo sobre o Plano de Negócio do OGA contendo pontos chave como estrutura, governança, processo decisório, compromissos, critérios de adesão e exclusão, e visão estratégica de curto e médio prazo;
- Definição das prioridades estratégicas;
- Votação e deliberações.

CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS DO EVENTO

Elaboração do relatório final, contendo:

- a) Relato do evento e de todas as deliberações concluídas.
- b) Balanço geral e análise da eficiência da programação (pontos fortes e pontos fracos), sugestões de melhorias para futuros eventos e Assembléias.
- c) Consolidar as discussões e deliberações, processando os ajustes necessários no Plano de Negócio final do OGA.

Todas as etapas tiveram grande participação do Núcleo Executivo provisório composto pelos seguintes membros:

- Ricardo Novaes (WWF);
- Ângelo Lima;
- Fátima Casarin;
- Amanda de Andrade (IBIO);
- Vladimir Caramori (ABRH).
- Daniela Figueiredo;

As 4 etapas do projeto encontram-se concluídas e o presente relatório traz à partir do próximo capítulo a descrição de todas as atividades desenvolvidas.

3. AVANÇOS E CONCLUSÕES PRELIMINARES

Foi definido que avançaríamos com a consulta de validação do Plano de Negócio do OGA junto aos membros signatários através de um formulário online disponibilizado na plataforma GoogleDocs. Foram abordados na consulta os aspectos chave do Plano de Negócio que dão forma ao modelo de governança do OGA.

Os objetivos desta consulta e seus resultados esperados inicialmente foram:

1) Dar ciência aos Membros Signatários sobre o Plano de Negócio do OGA.

RESULTADO: Ter o Plano de Negócio do OGA disseminado a todos as Instituições Membro Signatárias do OGA.

2) Obter dos Membros Signatários considerações para aprimoramento do Plano de Negócio do OGA em seus aspectos estruturantes.

RESULTADO: Receber até o prazo de 21/07/2017 as considerações e objeções devidamente fundamentadas para aprimoramento do Plano. As eventuais objeções serão recebidas, sistematizadas e passarão por uma avaliação passível ou não de integração de seu conteúdo

ao processo. A versão final deverá ser validada por aclamação na Assembleia Geral de 08 de Agosto de 2017.

Foram recebidas dentro do prazo estipulado 54 contribuições de diferentes instituições signatárias, entre elas:

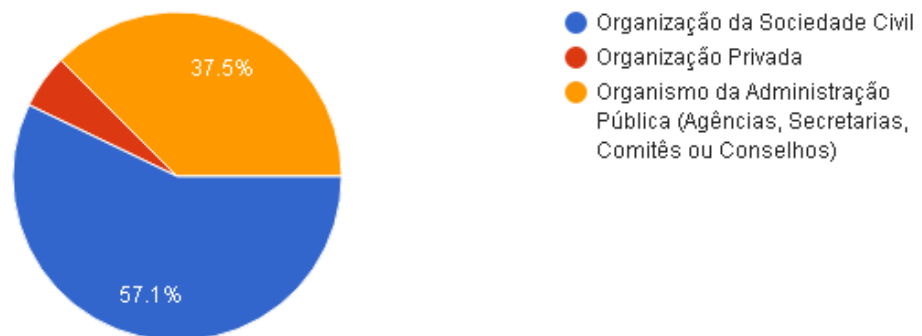
- Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ)
- Associação Fazenda Fieza de Educação Ambiental
- Instituto de Energia e Ambiente- USP
- IFPE-PE -CAMPUS RECIFE
- CEBDS
- Associação SOS AMAZÔNIA
- Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)
- Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza
- COM SENSO Capacitação, Estudos e Gestão Ltda.
- Instituto Rios Brasil (IRBR)
- Consorcio Ambiental Intermunicipal Lagos São João
- Assemae
- Instituto Maramar para a Gestão Responsável dos Ambientes Costeiros e Marinheiros
- WWF BRASIL
- Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte
- Comitê da bacia hidrografica dos afluentes Mineiros do Médio e Baixo Rio Jequitinhonha.
- Semarh/SE
- MUPAN - MULHERES EM AÇÃO NO PANTANAL
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Rondônia (CRH/RO)
- Fundação Joaquim Nabuco
- Comitê de Bacias da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul
- ONG O Nosso Vale! A Nossa Vida!
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande-GD-8
- Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai SOS Pantanal
- COGERH
- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS, UNIV. FEDERAL DE MATO GROSSO
- UENF
- Universidade Federal do Tocantins
- ITA PG-EIA-I
- Fundação SOS Mata Atlântica
- TNC
- universidade federal da bahia
- Brasileira
- Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba
- Associação Águas do Nordeste (Ane)
- Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco

- INSTITUTO TRATA BRASIL
- Karipunas Associação Ecológica da Amazônia
- Instituto Ecoar para Cidadania
- Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura da Paz (UMAPAZ)
- Grupo de Educação para o Meio Ambiente (GEMA)
- UFBA e INEMA
- ASCRA
- AGEVAP
- Instituto BioAtlântica (IBIO)
- Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niteroi
- Departamento de Recursos Hídricos - Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba-CBH-PB
- Fundación Avina
- Secretaria de Ambiente
- ICLEI-Governos Locais pela Sustentabilidade
- Associação Brasileira de Recursos Hídricos
- COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS
- Aliança pela Água

Todas as questões e respostas foram sistematizadas conforme abaixo:

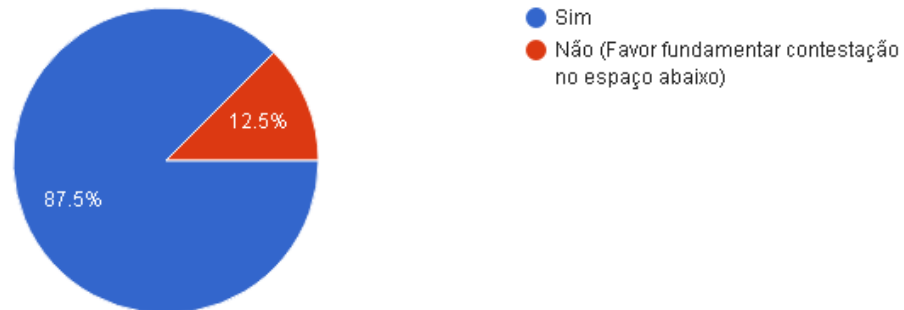
1.2 Qual a natureza da sua organização?

56 responses



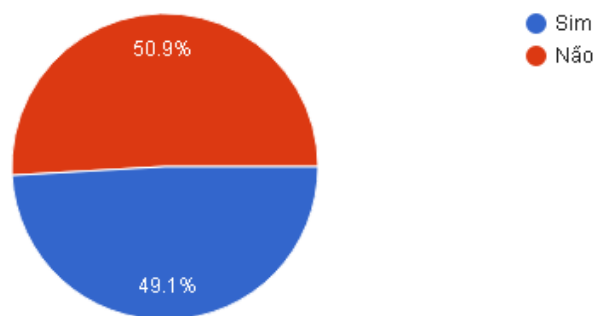
2.1 Sua instituição concorda com a existência de duas categorias distintas de adesão ao OGA (Conselho deliberativo e Conselho consultivo)?

56 responses



2.2 Em concordando com a proposta do Conselho Deliberativo, há interesse por parte de sua instituição de fazer parte do Comitê Gestor?

56 responses

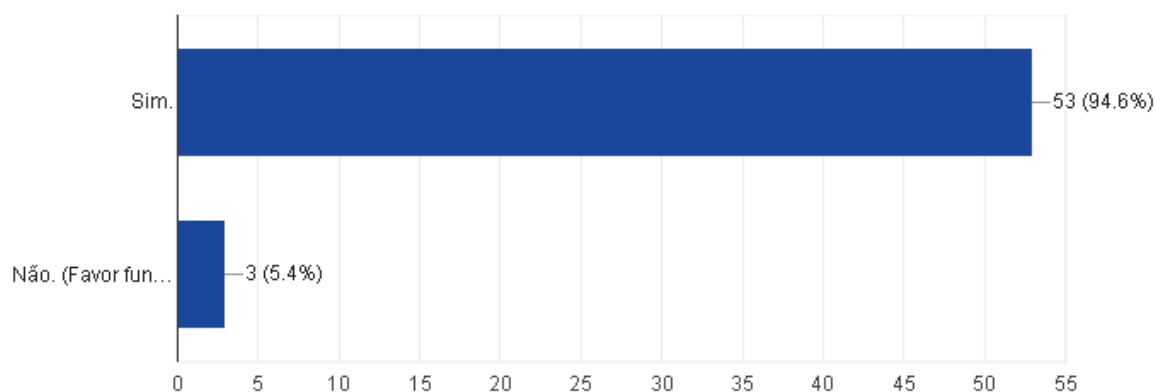


As 27 instituições que responderam positivamente quanto ao interesse de fazer parte do Comitê Gestor foram:

	Organização	Natureza
1	Semarh/SE	Organismo da Administração Pública
2	Fundação Joaquim Nabuco	Organização da Sociedade Civil
3	Comitê de Bacias da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul	Organismo de Estado
4	Comitê da Bacia Hidrográfica do Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande-GD-8	Organismo de Estado
5	Universidade Federal da Bahia	Organização da Sociedade Civil
6	Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura da Paz (UMAPAZ)	Organização da Sociedade Civil
7	INEMA	Organismo da Administração Pública
8	Secretaria de Ambiente	Organismo da Administração Pública
9	COMITÊ DE BACIA HIDROGR DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS	Organismo de Estado
10	Associação Fazenda Fieza de Educação Ambiental	Organização da Sociedade Civil
11	IFPE-PE -CAMPUS RECIFE	Organização da Sociedade Civil
12	Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)	Organização da Sociedade Civil
13	Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza	Organização da Sociedade Civil
14	Instituto Rios Brasil (IRBR)	Organização da Sociedade Civil
15	Assemae	Organização da Sociedade Civil
16	Instituto Maramar para a Gestão Responsável dos Amb. Costeiros e Marinhos	Organização da Sociedade Civil
17	WWF BRASIL	Organização da Sociedade Civil
18	ONG O Nosso Vale! A Nossa Vida!	Organização da Sociedade Civil
19	Fundação SOS Mata Atlântica	Organização da Sociedade Civil
20	TNC	Organização da Sociedade Civil
21	INSTITUTO TRATA BRASIL	Organização da Sociedade Civil
22	AGEVAP	Entidade Delegatária
23	Instituto BioAtlântica (IBIO)	Entidade Delegatária
24	Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niteroi	Organização da Sociedade Civil
25	Associação Brasileira de Recursos Hídricos	Organização da Sociedade Civil
26	Consortio Ambiental Intermunicipal Lagos São João	Entidade Delegatária
27	Brasiliana	Organização Privada

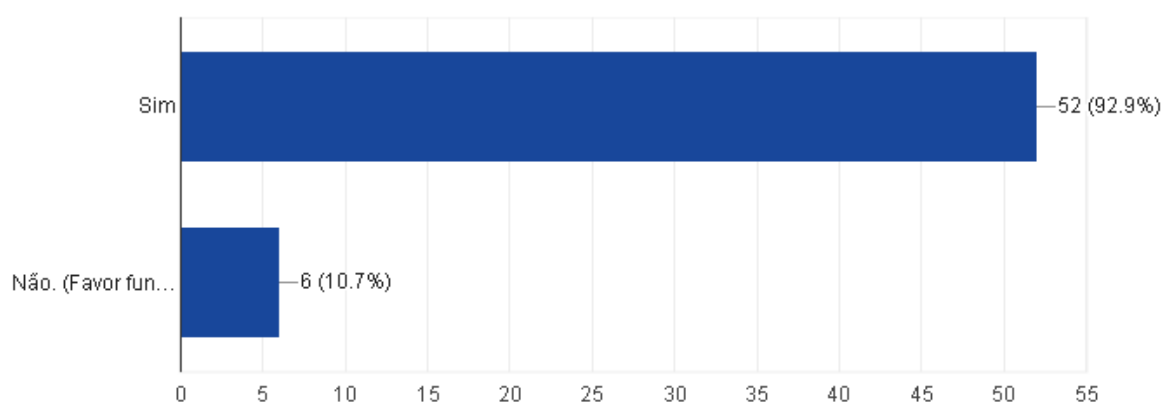
2.3 Sua instituição concorda com a estrutura profissionalizada do Núcleo Executivo sugerido ao OGA?

56 respostas



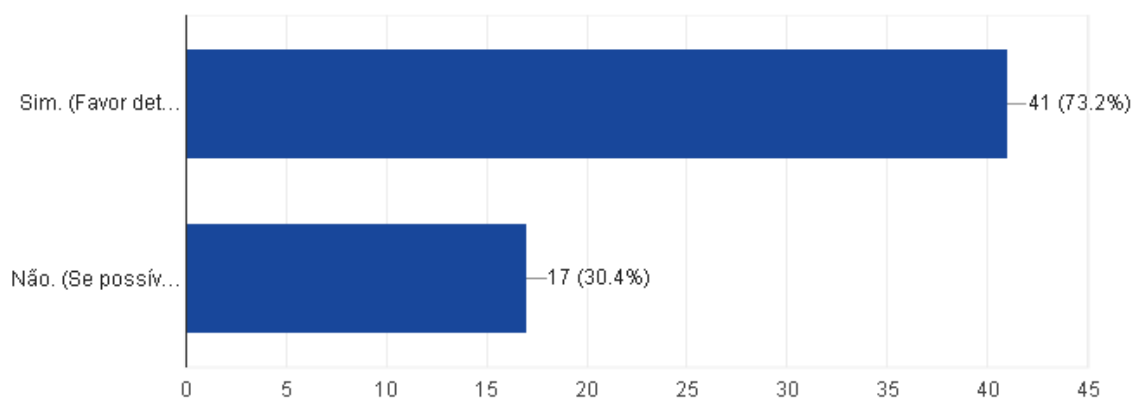
2.4 Sua instituição concorda com a criação de Núcleos Estaduais?

56 responses



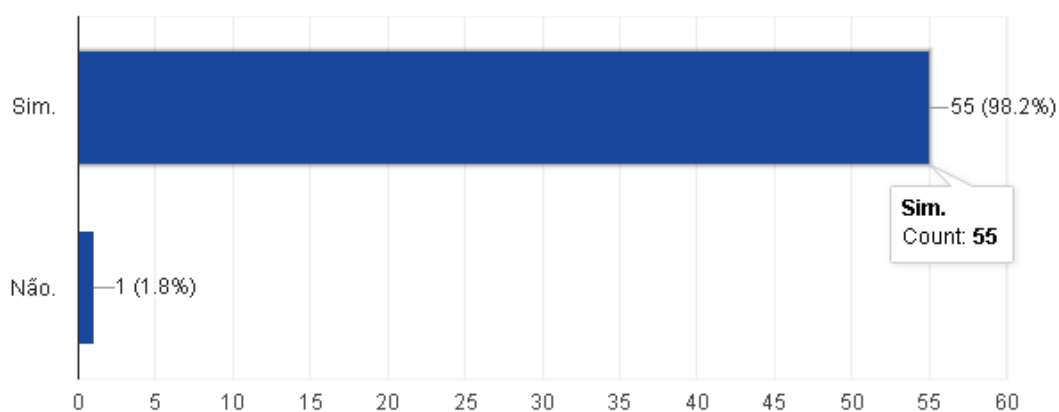
2.5 Sua instituição comporia um Núcleo Estadual?

56 responses



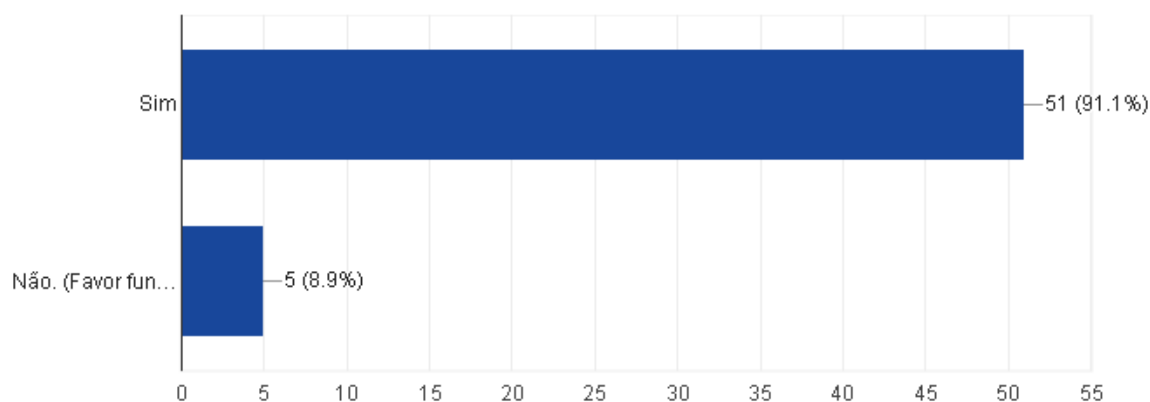
2.6 Sua instituição concorda com a criação de agendas técnicas?

56 responses



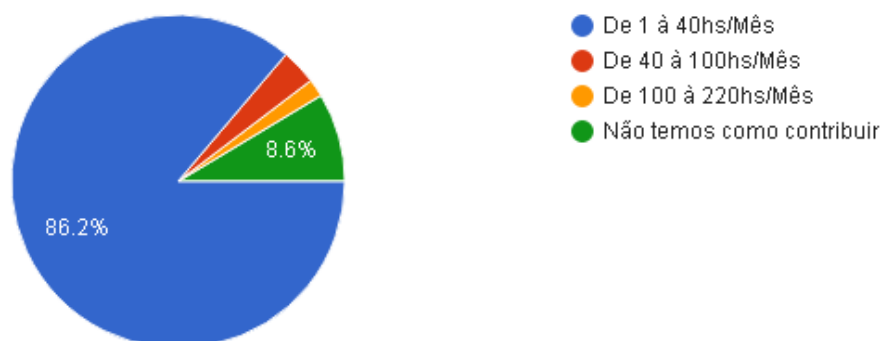
3.1 Sua Instituição concorda com o Termo de Compromisso sugerido ao OGA e representado pelos 8 itens listados acima?

56 responses



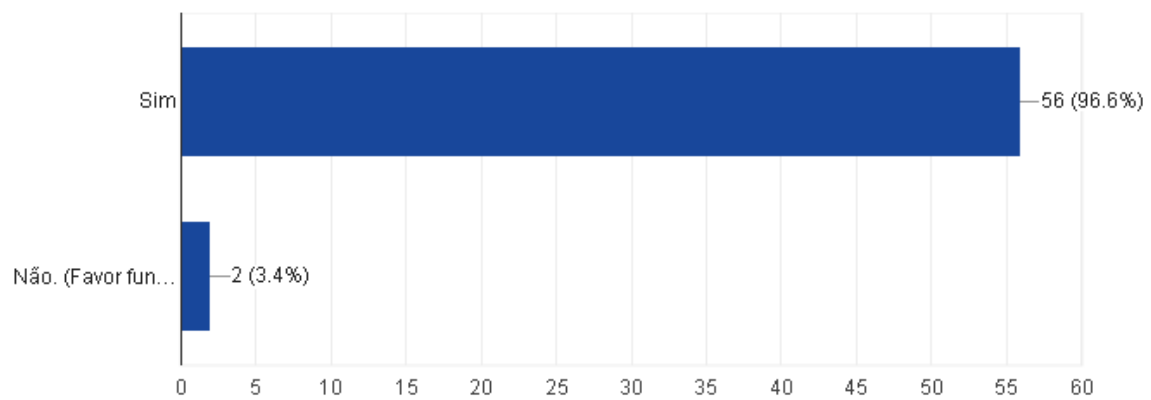
3.2- Qual a contribuição em horas de sua instituição para uma agenda mínima consensual entre os membros da rede para a operação do OGA?

58 responses



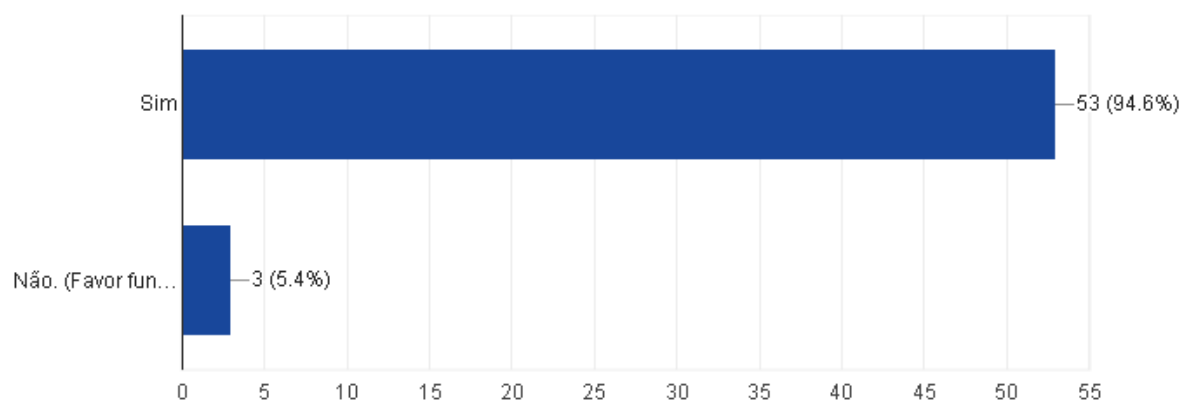
4.1 Sua instituição concorda com os critérios exigidos para adesão de um membro signatário?

58 responses



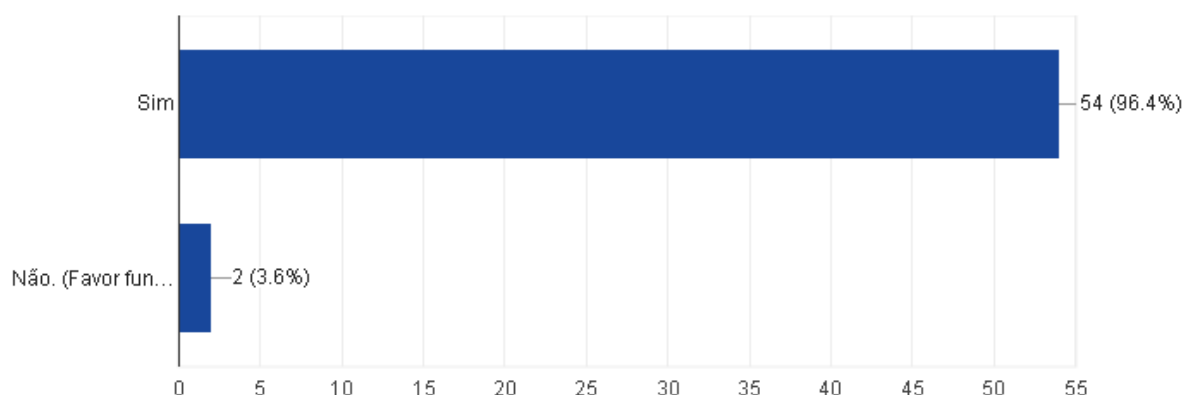
5.1 Sua instituição concorda com os critérios de exclusão de membros?

56 responses



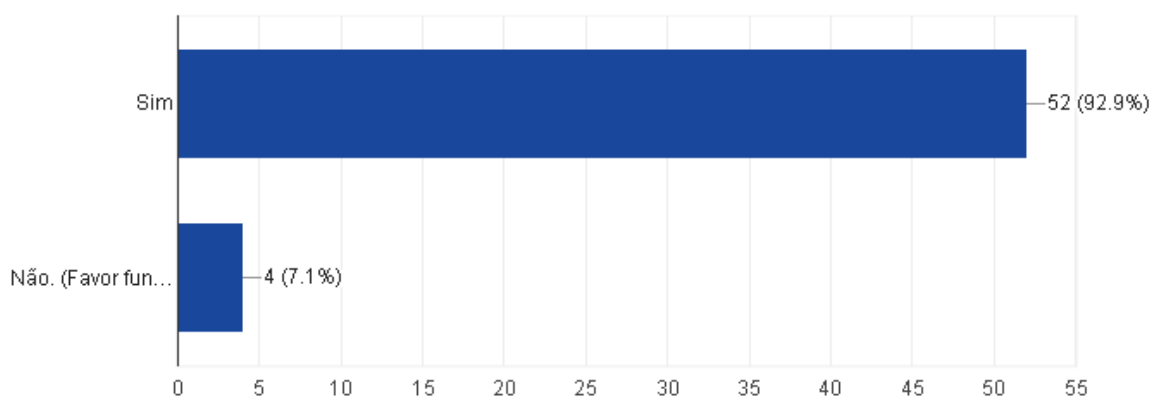
6.1 Sua instituição concorda com o processo de tomada de decisão por Consentimento?

56 respostas



6.2 Sua instituição concorda com as instâncias deliberativas e consultivas do OGA?

56 respostas



Os apontamentos principais identificados durante a sistematização e análise geral das contribuições trouxeram algumas conclusões importantes:

- 12,5% dos respondentes não concordaram com a segmentação dos membros entre Conselho Deliberativo e Conselho Consultivo;
- Existia um receio por parte dos respondentes que o Conselho Consultivo, formado pelas instituições observadas, fossem excluídas da participação e consequente tomada de decisão;
- 49% dos respondentes demonstraram interesse em compor o Comitê Gestor, porém surgiram dúvidas quanto as responsabilidades e dedicação de tempo exigida;

- Algumas organizações classificadas como membros observados reivindicaram a participação no Comitê Gestor;
- Surgiram questionamentos quanto a função do Comitê Gestor e uma possível sobreposição entre as atividades do Comitê Gestor e do Núcleo Executivo;
- 94% dos respondentes concordaram com um estrutura profissionalizada do Núcleo Executivo, porém a preocupação levantada é de como ela irá se manter financeiramente. Um dos respondentes sugeriu que o Núcleo Executivo deveria ter 2 funcionários (o secretário e o gestor técnico), a função de comunicação poderia ser terceirizada e/ou acompanhada da contratação de estagiários;
- 93% dos respondentes concordaram com os Núcleos Estaduais, um dos respondentes defende que a divisão deveria ser feita por Bacias Hidrográficas e não da forma tradicional por Estados;
- Como oposição aos núcleos estaduais um respondente defendeu que uma estrutura descentralizada pode perder o comprometimento e gerar burocracias em excesso;
- 73% dos respondentes concordaram em compor Núcleos Estaduais. Pontos de atenção: algumas organizações alegam não possuir quadro de pessoas para assumir novas responsabilidades e/ou já fazem parte de outros colegiados de Recursos Hídricos.
- 91% concordaram com o Termo de Compromisso, porém há preocupação de algumas organizações referente ao recurso financeiro para as viagens. Há uma recomendação de participação virtual na reunião ordinária anual. Há uma recomendação de incluir também uma forma de exigir um acompanhamento formal das atividades e do comprometimento dos signatários (observadores) em troca de usar a marca OGA para legitimá-lo;
- 86% dos respondentes disseram poder colaborar com 1 a 40hs por mês;
- Todos concordam com os critérios de adesão e exclusão ao OGA. Como critério de exclusão adicional foi sugerido que utilizar o nome do OGA ou falar em nome deste de forma indevida, em qualquer tipo de divulgação, projeto, plano, mídia e redes sociais, entre outros, e sem a prévia autorização do Comitê Gestor, é cabível de exclusão;

Uma vez recebidas e sistematizadas todas as contribuições dos membros signatários, elas foram analisadas pelo Núcleo Executivo provisório e aquelas objeções que faziam sentido, foram então incorporadas ao Plano e serão detalhadas no próximo capítulo.

4. ANÁLISE E VALIDAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

À partir da sistematização das respostas da consulta online, foi criado um novo formulário de consulta direcionado apenas ao Núcleo Executivo provisório com o intuito de colher a percepção individual de cada objeção levantada pelos signatários. Tal consulta foi pensada

com o objetivo de reunir o máximo de percepções capazes de subsidiar de forma estruturada uma reunião desse grupo menor na definição de quais objeções seriam incorporadas no Plano de Negócio.

As questões contidas nesse segundo formulário foram:

Aspectos do Modelo de Governança

- 1.1 Desde a formulação do Documento Base os membros do Sistema são segmentados em Observadores e Observados. Em essência, os observadores de forma organizada (OGA) farão o monitoramento do Sistema com base nas políticas de meio ambiente, em especial a PNRH, e nas atividades dos órgãos gestores (observados). Você concorda com esse posicionamento estrutural? Comente.
- 1.2 A ideia de ter os observados como membros signatários acompanhou a construção do Plano de Negócio. Tê-los dentro da estrutura garantiria um espaço aberto ao diálogo e contribuições de todos os atores do Sistema, possibilitando o fortalecimento da governança dos Recursos Hídricos do Brasil. Você concorda em tê-los como membros signatários? Comente.
- 1.3 Na sua opinião, qual a nomenclatura mais adequada para classificar os observadores e os observados na estrutura de governança de forma a distingui-los?
- 1.4 Como você definiria o "Conselho Deliberativo" (nome em avaliação)?
- 1.5 Como você definiria o "Conselho Consultivo" (nome em avaliação)?
- 1.6 A fim de garantir a imparcialidade do OGA, foi definido que os membros observados não teriam poder de voto, você concorda? Comente a questão adicionando seu entendimento do que seria "poder de voto" e em quais ocasiões ele é melhor empregado aos membros observados no contexto do OGA.
- 1.7 Quais são os fóruns que garantam a participação dos observados no dia a dia do OGA com voz ativa?
- 1.8 Os observados devem ser convocados para as Assembleias Gerais?
- 1.9 Como se dará a participação dos observados na Assembleia Geral do dia 08/08, apenas como ouvinte?
- 1.10 Considerando que os Comitês de Bacia não são organizações formalizadas e sim um colegiado de organizações, você os incluiria na estrutura de governança? Faria sentido se os Comitês de Bacia se tornassem um fórum de articulação regional do OGA e que seus membros individualmente se fossem estimulados a se tornar signatários?

Sobre a Formação do Comitê Gestor

- 2.1 Quais os critérios para candidatura de um membro signatário ao Comitê Gestor?
- 2.2 Você concorda em ter membros observados compondo o Comitê Gestor?
- 2.3 O Comitê Gestor deve ser formado:
 - () Predominantemente por organizações com atuação nacional;
 - () Predominantemente por organizações com atuação regional (ex.: Sul, Sudeste, Norte, Nordeste...);
 - () Por um misto de organizações com atuação nacional e regional;

() Por votação na Assembléia Geral de todos que se candidataram, sem uma avaliação prévia pelo Núcleo Executivo provisório.

2.4 Você se dispõe a contatar alguns dos signatários que se candidataram ao Comitê Gestor para explicar a essência dessa instância decisória e validar sua candidatura?

2.5 Uma das organizações respondentes comentou da seguinte forma quando questionado se teria interesse em participar do Comitê Gestor: Na verdade não há dúvidas quanto a composição do Comitê Gestor. Apenas achamos que a função do Comitê Gestor deva ser exercida pela Assembléia Geral. Achamos que a criação de três instâncias (Conselho deliberativo, Comitê Gestor e Conselho Consultivo), separando em observadores e observados, por si só, é incompatível com o próprio conceito de boa governança. Os atores devem ser estimulados a trabalhar colaborativamente dentro do processo de tomada de decisões. Qual sua opinião?

2.6 Sua instituição concorda com a criação de agendas técnicas?

Aspectos de planejamento da Assembléia Geral (08/08)

3.1 Você concorda com a transmissão online da Assembleia Geral aos membros que não estiverem presente?

3.2 Havendo transmissão online você acha que pode ser aberta a participação dos internautas com comentários e perguntas?

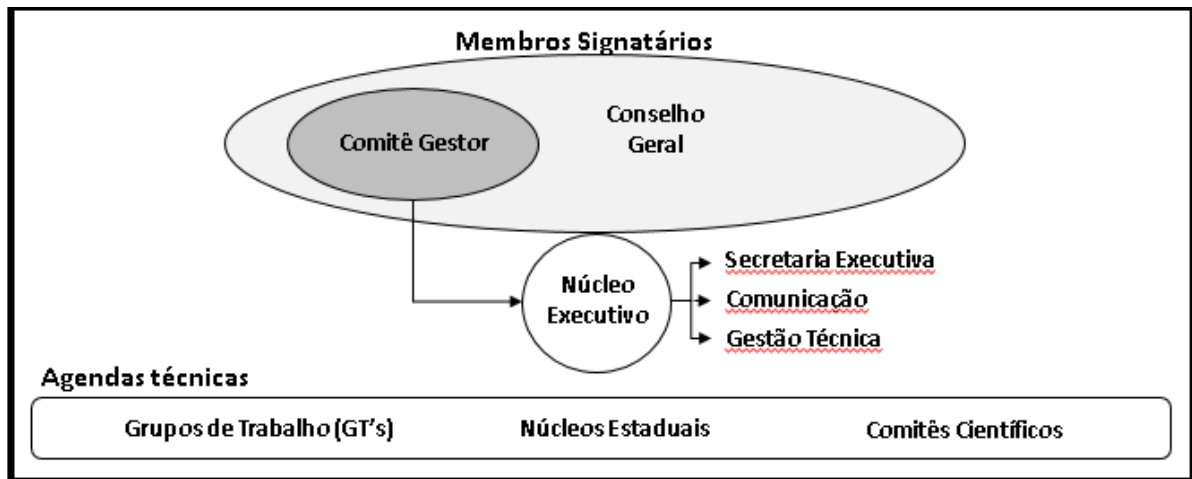
3.3 Havendo transmissão online você concorda que os signatários possam votar mesmo à distância?

3.4 Nos encaminhamentos finais da Assembleia Geral quais devem ser os próximos passos a serem anunciados?

Resultado da análise das respostas junto ao Núcleo Executivo provisório

As contribuições/ objeções abaixo surgiram durante a Consulta aos signatários e foram acompanhadas de fundamentação suficiente para validação do Núcleo Executivo provisório e incorporação no Plano de Negócio:

Contribuição incorporada - O modelo de governança deixa de ter um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo, passa a ser composto por apenas 1 Conselho, denominado Conselho Geral, composto por atores observadores e observáveis, conforme modelo abaixo:



Contribuição incorporada - O Comitê Gestor deverá ser formado por 5 a 10 organizações com atuação direta e representativa nas agendas de recursos hídricos, que tenham objetivos estratégicos alinhados com o OGA e com potencial para captação de recursos financeiros para subsidiar as primeiras estruturas e atividades do OGA. De preferência garantir um misto de organizações com abrangência de atuação nacional e regional. Tempo de mandato de 2 anos. Terá como função:

- Identificar os desafios da rede e formatar propostas;
- Auxiliar no fortalecimento da governança do OGA;
- Assegurar que as agendas estratégicas acordadas evoluam (com auxílio do Núcleo Executivo);
- Apresentar posicionamentos para temas em que não exista tempo hábil para uma consulta a todos os membros.

Foram definidos os seguintes critérios para eleição do Comitê:

- Ser membro signatário e/ou ter respondido a Consulta de validação do Plano de Negócio;
- Ser necessariamente uma organização observadora;
- Estar presente na Assembleia Geral;
- Ter disponibilidade de participar da agenda do Comitê Gestor;

Contribuição Incorporada - Todas as organizações signatárias, incluindo os organismos da administração pública, poderão participar das deliberações da Assembleia com poder de voto;

Contribuição incorporada - Foi definido que para garantir a capilaridade do Observatório serão utilizadas as estruturas já existentes formadas pelos Núcleos Estaduais, nos quais os Comitês de Bacia fazem parte.

Contribuição incorporada - As agendas técnicas que nortearão as primeiras atividades do OGA e definidas como prioridade foram:

- Fortalecimento dos Canais de Comunicação: O website é um dos principais canais de busca referencial, torna-se imprescindível na divulgação das propostas e ações do OGA, na ampliação da rede de colaboradores e na interação com o público;
- Produtos - Relatório Zero: É um dos principais produtos da fase inicial do OGA por configurar-se como um primeiro diagnóstico dos estados brasileiros quanto a governança dos recursos hídricos. Essa produção tem o potencial de chamar a atenção da sociedade para o tema e promover um maior envolvimento de atores no debate;
- Fórum Mundial da Água: Utilizar um dos principais eventos relacionados ao tema de águas para dar visibilidade ao OGA frente aos principais atores do Sistema;
- Oficinas Técnicas OGA: Criar grupos de trabalho focados nas metodologias de coleta e sistematização de dados;
- Agenda de articulação: Promover a integração entre planos setoriais, como por exemplo o plano de recursos hídricos se integrando com planos dos setores de energia, agricultura e infra-estrutura.

Contribuição incorporada - A Assembleia terá transmissão ao vivo no dia 08/08/17, mas não permitirá interação dos internautas, ficando vedada a possibilidade de votação não presencial.

Contribuição incorporada – Foram definidos como próximos passos do OGA pós Assembleia:

- Definição da 1ª reunião do Comitê Gestor com a seguinte pauta:
 - Definir formas de organização e funcionamento do Comitê Gestor;
 - Revisão do planejamento financeiro;
 - Definir estrutura do Núcleo Executivo;
 - Definição da Instituição hospedeira administrativa;
 - Captação de recursos para o Relatório Zero e estrutura do Núcleo Executivo;
 - Participação no Fórum Mundial da Água e Fórum Alternativo Mundial da Água;
- Início do processo de adesão formal ao OGA, considerando o novo Termo de Adesão deliberado em Assembleia;
- Atualizações do Website do OGA com nomeação do Comitê Gestor, definição de grupos de trabalho, inserção de novos artigos e eventos.

5. A ASSEMBLEIA GERAL

5.1 Planejamento





Com os resultados da consulta junto aos membros signatários sistematizados e analisados, iniciou-se o desenho da agenda da Assembleia Geral e do conteúdo a ser deliberado durante o evento.





Para validação da agenda e da pauta do encontro foi realizada no dia anterior a Assembleia uma reunião de alinhamento entre o Núcleo Executivo provisório e o Sense-Lab. Essa reunião aconteceu no escritório do WWF em Brasília e definiu como principais objetivos do evento:

- Deliberar os principais aspectos estruturantes do Plano de Negócio do OGA;
- Validar a Agenda Estratégica inicial do OGA;
- Eleger o Comitê Gestor do OGA;
- Alinhar cronograma de próximas atividades

A agenda definida para o evento teve como foco na parte da manhã a apresentação do histórico de criação do OGA e uma discussão sobre as experiências e desafios dos Observatórios do Clima e do Código Florestal. Na parte da tarde foi aberta a Assembleia Geral com foco em apresentar e deliberar os principais aspectos estruturantes do OGA. Foi destaque da Assembleia a eleição do comitê gestor da iniciativa que conduzirá as atividades do Observatório durante os próximos dois anos. Abaixo é apresentada em detalhes a agenda do dia:

08/Setembro/17

08:30	1 	<ul style="list-style-type: none">▪ Palavras de Boas-Vindas▪ <u>Abertura da Mesa 1</u>
09:00	2 	<ul style="list-style-type: none">▪ <u>Relato do histórico e atividades do OGA</u>
10:00	3 	<ul style="list-style-type: none">▪ <u>Abertura da Mesa 2</u>▪ Cases de outros <u>Observatórios</u>;
11:00	4 	<ul style="list-style-type: none">▪ Debate das <u>experiências e desafios</u> entre os <u>Observatórios presentes</u>
11:45	5 	<ul style="list-style-type: none">▪ <u>Encaminhamentos Finais</u>▪ <u>Encerramento</u>
12:00		Almoço

13:00	1 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abertura / Palavras de Boas-Vindas ▪ <u>Dinâmica e Objetivos da Assembleia</u>
13:40	2 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Projeto de Construção do Plano de Negócio</u> ▪ <u>Aspectos estruturantes</u> ▪ <u>Deliberações</u> ▪ <u>Agenda Estratégica</u> ▪ <u>Eleição do Comitê Gestor</u>
16:15	3 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Encaminhamentos/ Definição de próximos passos</u>
17:00	4 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Palavras finais</u> ▪ <u>Encerramento</u>

5.2 Relatoria

No dia 08 de Agosto aconteceu o primeiro Encontro Nacional do Observatório da Governança das Águas (OGA) em Brasília, o evento reuniu no anexo do Senado Federal autoridades governamentais e instituições signatárias para deliberação da estrutura organizacional do OGA e formação de seu comitê gestor.

O encontro, considerado oficialmente como I Assembleia Geral do OGA, é o resultado de um trabalho de um ano e meio de construção coletiva do Plano de Negócio do Observatório e representa o marco de fundação da iniciativa.

A mesa de abertura do Encontro foi composta por representantes do núcleo executivo provisório (WWF, ABRH, Nosso Vale, UFMT, Instituto Rios, Consenso e IBIO) e pelo deputado Nilto Tatto da Comissão de Meio Ambiente da Câmara que ressaltou a importância do papel da sociedade civil organizada na orientação do trabalho sendo conduzido pelo poder legislativo.

O histórico de criação do Observatório foi apresentado pelo Ângelo Lima, secretário executivo do OGA. Segundo ele mesmo com 20 anos da Política Nacional de Recursos Hídricos ainda não há ferramentas para avaliar a efetividade do sistema nacional. O surgimento das primeiras discussões do que viria a se tornar o OGA já visavam atuar nessa lacuna do sistema. Nesse contexto o OGA surge com a missão de coletar, analisar e dar publicidade as informações geradas a fim de monitorar o desempenho dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos para fortalecer a gestão das águas no Brasil.

Em seguida foram realizadas as apresentações do Observatório do Clima (OC), através de André Nahur do WWF, e do Observatório do Código Florestal, através da secretária executiva Roberta Rubimdel Giudice. Um debate acerca do funcionamento desses coletivos, com ampla participação dos organizações signatárias presentes, buscou as principais lições

aprendidas e recomendações para a consolidação do OGA. Nahur contextualizou a evolução histórica do OC e destacou a importância dos mecanismos de tomada de decisão por consenso, os critérios de adesão para novos membros e as entregas concretas dos monitoramentos. "Temos muito o que aprender com essas experiências pois nossos desafios são parecidos, incluindo a viabilidade financeira da rede, a mobilização da sociedade em torno desses temas e a promoção de um diálogo entre organizações muito diferentes entre si" ressaltou Vladimir Caramori, presidente da ABRH e mediador do debate.

A Assembleia Geral, à tarde, também foi marcada por um debate de elevado nível técnico sobre o objeto de observação, painel de indicadores, viabilidade financeira e estrutura organizacional do Observatório, com contribuições de organizações como TNC, Fundação Avina, Fundação Joaquim Nabuco, SOS Mata Atlântica, Grupo Boticário e Instituto Trata Brasil, entre outros. O deputado Alessandro Molon, membros da Frente Parlamentar Ambientalista, também marcou presença e manifestou apoio ao Observatório. "O cenário político não está favorável para a agenda ambiental e por isso uma iniciativa como o OGA, que reúne tantos atores em prol da gestão das nossas águas, é muito bem vinda", ressaltou.

Ao final dos trabalhos, o plano de negócio, construído conjuntamente com as 85 instituições signatárias, teve seus principais aspectos validados, sendo eles:

- Modelo de Governança;
- Critérios para Adesão e Exclusão;
- Termo de Compromisso;
- Protocolos decisórios;
- Definições estruturais;

Juntamente com as deliberações já citadas, foi conduzido durante a assembleia o processo de eleição do comitê gestor do OGA. Acordou-se que esse comitê seria formado por 5 a 10 organizações com atuação direta e representativa nas agendas de recursos hídricos, que tivessem objetivos estratégicos alinhados com o OGA e também potencial para captação de recursos financeiros para subsidiar as primeiras estruturas e atividades do OGA. Como critérios para a eleição foram considerados:

- Ser membro signatário e/ou ter respondido a Consulta de validação do Plano de Negócio;
- Ser necessariamente uma organização observadora;
- Ter disponibilidade de participar da agenda do Comitê Gestor;
- Estar presente na eleição do Comitê Gestor durante a I Assembleia Geral;

Todas as instituições signatárias tiveram a oportunidade durante a Consulta Online sobre o Plano de Negócio de se candidatarem a uma cadeira no comitê gestor. Foram recebidas 27 sinalizações positivas, essas instituições foram avaliadas e aquelas que se enquadraram nos critérios de eleição foram apresentadas para deliberação durante a assembleia. Durante a eleição uma instituição denominada Instituto Portas Abertas manifestou o interesse de fazer parte do comitê, fato que foi consentido por todos os presentes. Após a conclusão da eleição foram definidas as 11 instituições signatárias que passaram a compor o comitê gestor, são elas:

- Fundação Joaquim Nabuco;
- Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS);
- WWF-Brasil;
- Fundação Grupo Boticário;
- Fundação SOS Mata Atlântica;
- The Nature Conservancy (TNC);
- Instituto Rios Brasil (IRBR);
- Instituto Trata Brasil;
- Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH);
- ONG Nosso vale! Nossa vida!;
- Instituto Portas Abertas;

Este grupo passou a ter como função identificar os desafios da rede e formatar propostas, auxiliar no fortalecimento da governança do OGA, assegurar que as agendas estratégicas acordadas evoluam (com auxílio do Núcleo Executivo) e apresentar posicionamentos para temas em que não exista tempo hábil para uma consulta a todos os membros.

Como sugestão de pauta para a primeira reunião do Comitê Gestor eleito destaca-se:

- Definição de formas de organização e funcionamento do Comitê Gestor;
- Revisão do planejamento financeiro;
- Definição da estrutura do Núcleo Executivo;
- Definição da Instituição hospedeira administrativa;

A partir da Assembleia, o foco da rede será direcionado para suas principais agendas estratégicas, contemplando o desenvolvimento de um painel de indicadores para a governança das águas no Brasil, a coleta e sistematização de informações, a integração entre planos setoriais, a participação no Fórum Mundial da Água em 2018 e o fortalecimento de seu posicionamento estratégico através dos canais de comunicação, como por exemplo seu website próprio.

5.3 Comentários adicionais

Durante a assembleia foram acolhidos alguns comentários dos participantes no intuito de avaliá-los um a um em um momento apropriado pelo comitê gestor e também pelo secretário executivo. A proposta do evento, apesar de permitir a ampla participação dos presentes, não era de promover um debate sobre idéias divergentes, portanto ficam aqui registrados as principais manifestações capturadas:

Durante a abordagem sobre os objetivos e e princípios do OGA:

- O Sr. Samuel Roiphe Barreto, representante da TNC, sentiu falta de mecanismos de articulação com a comunidade.

Durante a abordagem sobre o modelo de governança:

- O Sr. Eduardo Figueiredo, representante do Ibio, sentiu falta de fóruns que colocassem as organizações delegatárias como entes ativos do sistema.
- O Sr. Samuel Roiphe Barreto, representante da TNC, achou que para o avanço do modelo de governança, em especial as agendas técnicas, será necessário refinar o rol de indicadores dando maior clareza do que o OGA pretende monitorar.
- O Sr. Eduardo Figueiredo, representante do Ibio, concorda em avançar com o modelo proposto, mas gostaria de manifestar o desconforto com a exclusão das delegatárias do Comitê Gestor e gostaria de propor uma revisão no curto prazo deste critério.
- O Sr. Wilson Cabrail, representante do ITA, pediu que futuramente seja discutido como os profissionais da academia podem participar do OGA sem a chancela de suas intuições.

Durante a abordagem sobre os critérios de adesão e exclusão:

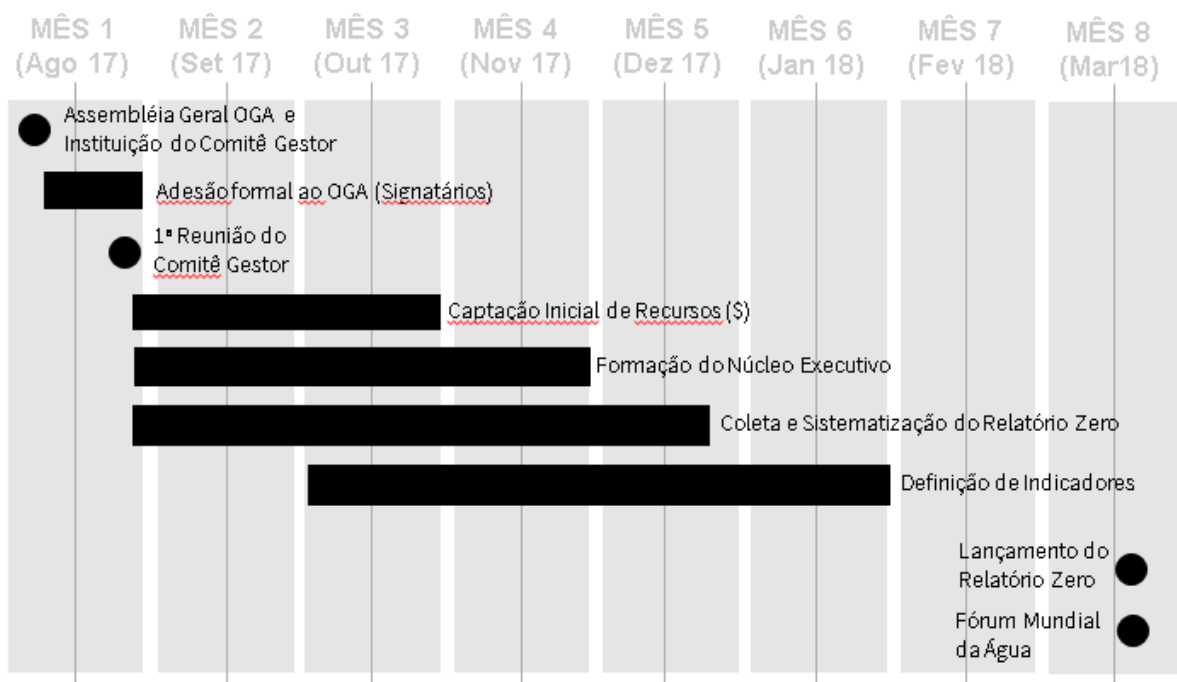
- O Sr. Samuel Roiphe Barreto, representante da TNC, sugeriu a reflexão sobre a isenção dos membros da iniciativa privada e se faz sentido repartir as esferas de deliberação e observação.

Durante a abordagem sobre os produtos:

- A Sra Telma Rocha, representante da Fundação Avina, sentiu necessidade de discutir quais são os próximos passos concretos do OGA, além de suas estratégias e produtos.

6. CALENDÁRIO DE ATIVIDADES PÓS-ASSEMBLEIA

O calendário de atividades do OGA sugerido à partir da Assembleia Geral segue representado na figura abaixo. Destaca-se a necessidade de nova adesão formal das organizações signatárias ao OGA, uma vez que o Termo de Compromisso foi instituído, além da primeira reunião do recém-eleito comitê gestor.



ANEXOS

1) Imagem da reunião de alinhamento sobre a Assembleia Geral (07/08/17)



2) Imagens da Assembleia Geral (08/08/17)

